



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA
SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.- Constituição do Estado de São Paulo;
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde;
- Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde e consolida a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, assegurando atendimento humanizado, acesso universal, informação adequada e participação do usuário nas decisões sobre seu tratamento.
- Lei Federal nº 14.454, de 21 de setembro de 2022, que altera a Lei nº 9.656/1998 para ampliar os critérios de cobertura de procedimentos não previstos no rol da ANS, desde que haja comprovação científica.
- Lei Federal nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, que altera a Lei nº 8.080/1990 para autorizar e disciplinar a prática da tele saúde em todo o território nacional, estabelecendo regras gerais para a prestação de serviços de saúde à distância por meio de tecnologias da informação e comunicação, garantindo a autonomia do profissional de saúde, o consentimento do paciente, a confidencialidade dos dados e a observância das normas dos conselhos profissionais.
- Portaria GM/MS nº 1.348, de 2 de junho de 2022, que dispõe sobre as ações e serviços de tele saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo diretrizes para a oferta de atendimento remoto, teleconsultoria, telediagnóstico e outras modalidades de assistência digital em saúde.
- Portaria GM/MS nº 3.691, de 23 de maio de 2024, que institui a Ação Estratégica SUS Digital – Tele saúde, fortalecendo a integração da tele saúde à Rede de Atenção à Saúde do SUS.- Constituição Estadual de São Paulo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Federal nº 15.378, de 6 de abril de 2026, que institui o Estatuto dos Direitos do Paciente, regulando os direitos e responsabilidades dos pacientes atendidos por serviços de saúde públicos e privados, incluindo autonomia, consentimento informado, acesso à informação, confidencialidade dos dados de saúde, acesso ao prontuário, segunda opinião médica e diretivas antecipadas de vontade.
- Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que institui o Código Sanitário do Estado de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 10.241, de 17 de março de 1999, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado de São Paulo, garantindo, entre outros direitos, atendimento digno e respeitoso, sigilo das informações, identificação dos profissionais responsáveis, informações claras sobre diagnóstico e tratamento, consentimento livre e esclarecido e acesso ao prontuário médico.
- Lei Estadual nº 17.832, de 1º de novembro de 2023, que promoveu a consolidação da legislação paulista de saúde e incorporou os direitos dos usuários dos serviços de saúde anteriormente previstos na Lei nº 10.241/1999.
- Lei Orgânica do Município;
- Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências;
- Portaria SMS nº 522, de 21 de junho de 2018, que estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, disciplinando mecanismos de participação social, transparência, acesso à informação, recebimento de reclamações, sugestões, denúncias e avaliação dos serviços públicos de saúde.
- Lei Municipal nº 17.718, de 23 de novembro de 2021, que define a prática da telemedicina no Município de São Paulo, estabelece modalidades como teleconsulta, teletriagem e teleinterconsulta, determina a observância dos princípios da bioética, da proteção de dados pessoais, da autonomia profissional e da segurança do paciente, e



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

atribui à Secretaria Municipal da Saúde a regulamentação dos procedimentos necessários para sua execução.

- Portaria SMS nº 123, de 2021, que estabelece a Plataforma da Saúde Paulistana e-saúdeSP como instrumento oficial para a integração dos dados clínicos e para a prática de teleassistência no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

- Portaria SMS nº 804, de 29 de novembro de 2024, que regulamenta as práticas de teleassistência no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, atualiza conceitos de teleassistência, define diretrizes operacionais para o atendimento remoto na rede municipal de saúde e revoga a Portaria SMS nº 267/2023.

-Portaria SMS nº 369, de 8 de junho de 2024, que dispõe sobre o Programa de Transformação Digital da Secretaria Municipal da Saúde e institui o Comitê de Governança de Saúde Digital e de Tecnologia da Informação e Comunicação, visando ampliar e qualificar as ações de saúde digital e teleassistência no Município de São Paulo. PL 144/2026 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Estatuto da Pessoa com Doença Crônica Complexa e Rara, com a finalidade de expandir os mecanismos de proteção e garantir direitos fundamentais.

PL 346/2026 Institui o Programa "Recomeço Mulher", destinado à reabilitação integral de mulheres que tiveram câncer, no âmbito dos equipamentos públicos de saúde, e dá outras providências.

PL 319/2026 Dispõe sobre diretrizes para assegurar, no âmbito da rede pública municipal de saúde, a avaliação periódica e a substituição de sonda gástrica de longa permanência, gastrostomia ou dispositivo equivalente utilizado por crianças com deficiência ou condição clínica que exija nutrição enteral prolongada, e dá outras providências.

PL 193/2026 Dispõe sobre a criação do Programa “Mais Saúde Bucal na Melhor Idade” e dá outras providências

PL 180/2026 Dispõe sobre o fornecimento de protetor auricular na rede municipal de saúde para as pessoas com transtorno do neurodesenvolvimento ou outras condições de hipersensibilidade auditiva e dá outras providências.

PL 1454/2025 Dispõe sobre a presença permanente de médicos geriatras nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 1310/2025 Altera a Lei nº 16.827, de 6 de fevereiro de 2018, para dispor sobre a visitação de animais domésticos e de estimação a pacientes internados em unidades básicas de saúde e seus assemelhados, hospitais públicos e privados, concedidos, contratados, conveniados, e cadastrados no Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

PL 1117/2025 Institui a Política Municipal de Qualificação Permanente das Equipes de Saúde para o Atendimento a Pessoas com Deficiência (Qualifica-Inclusão) e estabelece o Protocolo de Atendimento Inclusivo (PAI) na rede municipal de saúde, e dá outras providências.

PL 875/2025 Assegura aos residentes no Município de São Paulo, o acesso a um Programa Municipal de Atenção Integral à Mulher com Endometriose e dá outras providências.

PL 741/2025 Institui a Política Municipal de Saúde Mental para Pessoas Trans e Travestis na cidade de São Paulo.

PL 138/2025 Assegura transparência na fila da saúde por meio da obrigatoriedade da divulgação da ordem de espera de pacientes que aguardam a realização de procedimentos ofertados pelas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de São Paulo.

PL 135/2025 Assegura transparência na fila da saúde por meio da obrigatoriedade da divulgação da ordem de espera de pacientes que aguardam a realização de procedimentos ofertados pelas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de São Paulo.

PL 359/2024 Institui o Código Municipal da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, dando ainda outras providências.

PL 156/2024 Institui política de atenção integral ao portador da doença Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) no Município de São Paulo

PL 85/2024 Institui no Município de São Paulo a permissão de visitas de animais de estimação a leitos hospitalares da rede pública ou privada.

PL 651/2023 Cria a Política Municipal de Uso de Cannabis para Fins Medicinais, que dispõe sobre a distribuição de medicamentos à base de Canabidiol (CBD) e Tetrahydrocannabinol (THC), no âmbito da cidade de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 604/2023 Dispõe sobre a Política Municipal de uso de produtos de “Cannabis” para fins medicinais e a sua distribuição gratuita nas unidades de Saúde Pública Municipal e Privada, ou conveniadas ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do Município de São Paulo.

PL 402/2023 Dispõe sobre a implantação do Programa Municipal de Segurança do Paciente (PMSP), no Município de São Paulo.

PL 378/2023 Dispõe sobre a disponibilização de tratamento de hemodiálise por hemodiafiltração online pelo sistema municipal de saúde no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências.

PL 836/2021 Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios entre órgãos e entidades de diferentes entes federativos para criar protocolo estratégico de atenção à saúde de munícipes que necessitem da realização de procedimentos estético-reparadores.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 02 de junho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068